SUPREMO

Ministro autoriza a participação dos ministérios da Saúde e da Justiça em audiência pública sobre a proibição das apostas on-line, marcada para amanhã. Especialistas apontam controvérsias constitucionais e avanços do mercado clandestino

Fux amplia debate sobre bets

» ALÍCIA BERNARDES

A audiência pública convocada pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir a proibição das apostas esportivas on-line, as chamadas bets, ganhou novos participantes. Após solicitação da Advocacia-Geral da União (AGU), o magistrado autorizou a inclusão dos ministérios da Saúde e da Justiça e Segurança Pública, além da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), no debate marcado para amanhã, a partir das 10h. A ampliação ocorre em meio a questionamentos sobre a representatividade dos setores envolvidos e à ausência de entidades de defesa dos consumidores na programação.

A audiência foi convocada no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 8.027, que questiona a Medida Provisória (MP) nº 1.394/2026, publicada em 25 de setembro, e que extinguiu as bets no país. A matéria aguarda a instalação de comissão especial no Congresso Nacional para apreciação do Legislativo.

> **Se jogo de azar é contravenção, bet também é?"**
> ***Flávio Dino,*** *ministro do STF*

Em agosto deste ano, durante julgamento sobre o artigo 50 da Lei de Contravenções Penais, de 1941, que proibiu a exploração de jogos de azar, o ministro do Supremo Flávio Dino afirmou que bet é jogo de azar, abrindo caminho para uma discussão em torno da proibição total deste tipo de aposta esportiva online pelo Judiciário.

"Se jogo de azar é contravenção, bet também é? Temos que explicar isso. Estamos tratando de jogos de azar, menos bets? Por quê? Isso é importante para a compreensão", disse ele, na ocasião. O ministro pediu vista daquele julgamento, ou seja, mais tempo para analisar o caso. Na ocasião, o governo do presidente Lula ainda não tinha vedado completamente o funcionamento de bets no país, e a exploração da modalidade estava permitida. Agora, a proibição total ocorreu por meio de uma medida provisória, que terá de ser votada no Congresso. No entanto, uma vedação total pelo Judiciário tornaria essa proibição permanente.

Interesses

Inicialmente, a relação de participantes da audiência pública do Supremo reunia 28 representantes de órgãos públicos, empresas do setor, clubes de futebol, emissoras e organizações esportivas. A AGU argumentou que a composição privilegiava os interesses de quem explora as apostas e de setores economicamente ligados à atividade, sem contemplar suficientemente outras perspectivas.

Apesar da ampliação autorizada por Fux, oito entidades de defesa do consumidor reivindicaram a participação na sessão do Supremo. Em manifestação divulgada na sexta-feira, organizações como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o Brasilcon e associações de Procons apontaram que os apostadores, diretamente afetados pela medida, não estavam representados. Quatro entidades haviam solicitado habilitação para participar da audiência, mas, até a divulgação da nota, os pedidos ainda não tinham sido apreciados. As organizações defendem que a inclusão ocorra por videoconferência ou, caso não seja possível, que o Supremo marque uma nova data.

O advogado de direito econômico e professor do Ibmec-Brasília Alexandre Rosa avalia que a discussão precisa considerar tanto os efeitos da proibição sobre a saúde pública quanto os limites constitucionais da intervenção estatal na atividade econômica. Para ele, embora a livre iniciativa não impeça o poder público de proibir determinadas atividades, a restrição precisa observar critérios de adequação, necessidade e proporcionalidade.

Rosinei Coutinho/STF



Luiz Fux autorizou novos integrantes de lista que reunia representantes de empresas do setor e clubes de futebol

De acordo com o especialista, o governo poderia ter adotado medidas menos abrangentes para enfrentar os problemas associados às apostas, em vez de extinguir integralmente o mercado regulamentado.

Rosa também chama atenção para a velocidade com que a medida foi implementada. Segundo ele, o mercado legalizado começou a funcionar em janeiro de 2025 e teve as atividades encerradas em menos de dois anos. As 85 empresas autorizadas pagaram R$ 30 milhões cada para obter licenças com validade de cinco anos, o que representa R$ 2,55 bilhões em outorgas. A MP, no entanto, extinguiu as autorizações sem estabelecer devolução dos valores ou indenização. Para o professor, as empresas têm fundamentos para questionar judicialmente a retenção dos recursos referentes ao período de funcionamento que deixou de ser concedido.

Outro ponto de preocupação envolve os contratos de patrocínio esportivo. De acordo com dados citados por Rosa, 14 dos 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro tinham casas de apostas como patrocinadores master em setembro, em acordos que somavam cerca de R$ 910 milhões anuais. Com a proibição e o prazo de dez dias para retirada das marcas, as equipes podem perder receitas importantes. O especialista pondera que, caso o encerramento dos contratos decorra de impossibilidade legal de cumprimento, as empresas podem deixar de pagar multas rescisórias. Também existe a possibilidade de cobrança de valores antecipados referentes a períodos em que a publicidade não poderá mais ser veiculada.

Migração

A migração de apostadores para plataformas clandestinas é outra questão que deve entrar no debate. Rosa ressalta que, mesmo antes da proibição, uma estimativa de consultoria contratada pelo setor apontava que aproximadamente 40% das apostas on-line já eram realizadas em operadores ilegais no primeiro semestre de 2026. Embora o governo disponha de instrumentos de fiscalização, como bloqueios de sites e restrições a operações financeiras, o professor avalia que o controle é limitado. A facilidade para contornar bloqueios e a utilização de meios de pagamento não alcançados pelas restrições dificultam a atuação das autoridades.

Na avaliação do professor de direito penal do Ibmec-Brasília Tédney Moreira, a audiência representa uma oportunidade para o Supremo reunir informações sobre os efeitos sociais, sanitários e econômicos da medida antes de tomar uma decisão. Ele pondera, porém, que a realização do encontro não antecipa o posicionamento de Fux nem significa que o julgamento ocorrerá imediatamente. Entre os pontos que deverão ser examinados estão os requisitos constitucionais de relevância e urgência para a edição da medida provisória, a proporcionalidade da proibição e a existência de alternativas regulatórias capazes de reduzir os danos provocados pelas apostas.

Os argumentos relacionados à saúde pública também devem ter peso na análise. Rosa destaca Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad III), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), segundo o qual 7,3% dos brasileiros com 14 anos ou mais apresentam comportamento de jogo de risco ou problemático.Entre os usuários de apostas esportivas, o índice chega a 66,8%. O professor também lembra que, em agosto de 2024, dados do Banco Central apontaram que 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família enviaram R$ 3 bilhões às plataformas de apostas.

Contudo, de acordo com dados da Abras, desde a proibição das bets, o consumo de alimentos cresceu 6,5%, indicando que o dinheiro do brasileiro que ia para as apostas está sendo, agora utilizado para a compra de comida.

Para Moreira, a proteção dos consumidores e o combate ao endividamento justificam uma atuação rigorosa do Estado, mas não necessariamente a proibição integral da atividade. O especialista destaca que o STF terá de avaliar se a medida escolhida é a única capaz de enfrentar os problemas identificados ou se mecanismos menos abrangentes poderiam produzir resultados efetivos. Entre as possibilidades estão limites obrigatórios para depósitos e perdas, restrições à publicidade e a proibição de modalidades consideradas de maior risco. A decisão também deverá considerar a segurança jurídica das empresas, a situação dos apostadores e a capacidade de fiscalização do mercado ilegal.

O futuro da proibição, portanto, dependerá não apenas dos argumentos apresentados ao Supremo, mas também da tramitação da MP no Congresso Nacional. Os parlamentares têm até março de 2027 para analisar a medida. Até lá, a norma permanece produzindo efeitos, enquanto as ações que questionam sua constitucionalidade aguardam análise da Corte. A audiência de amanhã será mais uma etapa de um debate que envolve a proteção da população, a liberdade econômica e os limites da atuação do Estado. (**Colaborou Renato Souza**)

GOVERNO

Lula grava vídeo antes de retomar viagens

» RENATO SOUZA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RONAYRE NUNES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou, ontem, um vídeo nas redes sociais para tranquilizar a população sobre seu estado de saúde e desmentir alegações de que seu governo acabaria com benefícios governamentais.

"Nenhum programa social será extinto neste país. O que pode acontecer é a gente criar novos programas sociais ou melhorar aqueles que já estão. (...) Não acredite nos mentirosos de sempre, que vivem tentando vender desgraça e infelicidade para o nosso povo", declarou Lula, em vídeo. Ele passou uma semana sem discursar para tratar da voz, o chefe do Executivo disse que está recuperado.

Na mensagem, enfatizou o desejo de cumprir promessas de campanha e de retomar viagens. "Tudo aquilo que foi prometido na campanha, pode ficar certo que vai acontecer", assegurou.

Roteiro internacional

Depois de dois meses em ritmo frenético de campanha eleitoral, Lula retomará, nos próximos dias, a agenda de viagens internacionais. A vitória do petista nas eleições deste ano já foi reconhecida pelas principais nações do Planeta e já existem dezenas de convites para encontros bilaterais com diversas nações. O primeiro compromisso oficial fora do país será a 31ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP31), em Antália, na Turquia, que ocorre entre os dias 9 e 20 de novembro.

A conferência reúne políticos, empresas, cientistas, ativistas e outros estudiosos. O encontro do líderes globais será nos dias 11 e 12, onde ocorrerá a participação de Lula nas discussões sobre o Acordo de Paris e medidas para estancar a degradação do meio-ambiente. O Brasil é considerado país estratégico para reduzir a emissão de gases poluentes, preservar as matas e os animais e tentar controlar a subida na temperatura global.

Na sequência, Lula deve viajar para participar do encontro da Associação de Nações do Sudeste Asiático, em Manila, nas Filipinas, nos dias 14 e 15 de novembro. E, no início de dezembro o presidente participará da reunião da Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, no Uruguai. Líder econômico na América Latina, a presença do Brasil é considerada indispensável para as discussões em torno da agenda política e econômica do continente.

Em 14 e 15 de dezembro, ocorre a cúpula do G20, grupo das 19 economias mais desenvolvidas do planeta, mais a União Europeia e a União Africana, em Miami, nos Estados Unidos. O compromisso é considerado o mais importante do ano em termos políticos, porque Lula deve encontrar com o presidente norte-americano, Donald Trump. Contudo, ainda não há confirmação de uma reunião bilateral na agenda de ambos, até o momento. Trump ainda não reconheceu, oficialmente, a reeleição de Lula. Contudo, o futuro e a governabilidade do republicano serão traçados, amanhã, nas eleições de meio de mandato. Pesquisas indicam vitória dos democratas para as duas Casas do Congresso dos EUA.

Ricardo Stuckert



Presidente reeleito, Lula ficou ausente para curar rouquidão e se prepara para roteiro internacional

Acordo Mercosul-EFTA

O acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA) começou a vigorar desde ontem com a Noruega. A princípio, as tarifas de importação cobradas sobre a entrada de produtos brasileiros no mercado norueguês, como vestuário, óleos vegetais refinados, leveduras e diversos alimentos industrializados no mercado norueguês foram zeradas. Com a medida, 99,8% das exportações brasileiras para a Noruega passam a contar com acesso em livre-comércio.

Além da Noruega, integram o EFTA, Suíça, Islandia e Liechtenstein. A aplicação do acordo com o Efta entre Brasil e Islândia foi iniciada em 1º de outubro. Já a vigência do tratado com a Suíça e com Liechtenstein ainda depende da conclusão dos trâmites internos nesses países.

Do lado do Mercosul, que, além do Brasil, conta com vizinhos como Argentina, Paraguai e Uruguai, a entrada em vigor do acordo entre a Noruega e o Uruguai também ocorreu ontem, enquanto a Argentina e Paraguai seguem com etapas de internalização do texto.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) estima que a vigência do acordo com a Noruega pode gerar oportunidades de expansão de exportações brasileiras em áreas como medicamentos, calçados de couro, joalheria e máquinas e aparelhos mecânicos. Além de aspectos comerciais, o tratado entre Mercosul e EFTA reduz custos operacionais ao simplificar procedimentos técnicos, eliminar a duplicação de testes de conformidade para produtos elétricos e reconhecer laudos emitidos por laboratórios situados no Brasil.

Segundo a secretária de Comércio Exterior do Mdic, Tatiana Prazeres, a Noruega absorve atualmente cerca de 40% das exportações brasileiras direcionadas à EFTA, e o desafio passa a de ampliar essa participação. A expectativa do governo brasileiro também inclui a atração de investimentos produtivos noruegueses para setores estratégicos como infraestrutura, energia renovável e bioeconomia.

Críticas de Janones

O deputado federal André Janones, expoente fundamental na reeleição do presidente Lula no segundo turno, criticou, no último sábado, o que ele chamou de "vaidade" de integrantes da esquerda. De acordo com o parlamentar, enquanto a direita se articula para dominar a agenda do Congresso Nacional na próxima Legislatura, que começa em fevereiro de 2027, os progressistas estão discutindo quem foi mais relevante para que Lula conquistasse seu quarto mandato nas eleições de outubro. O parlamentar tem destacado que passado o período eleitoral, é hora de se concentrar na articulação política.

"A extrema-direita viva, com uma maioria esmagadora no congresso, e nosso campo tá aqui discutindo quem foi mais importante para a vitória do Lula, quem foi mais decisivo e etc! A vaidade é uma merda mesmo! Tem gente que parece não ter a mínima noção do que está em jogo no país! Não à toa a gente viu o maior líder da história desse país e um dos maiores da política mundial ter que contar votos pra ganhar de um desqualificado como aquele", afirmou ele, referindo-se ao senador Flávio Bolsonaro (PL), candidato derrotado no pleito.

Nos comentários da publicação, feita no X (antigo Twitter), Janones recebeu o apoio de alguns políticos da esquerda. "Pois é, meu amigo. E tem gente achando que devemos dar sossego pra extrema-direita. Agora é a hora de acabarmos com essa gente. De irmos pra cima! Você é exemplo. É inspiração. Chega dessa "esquerda limpinha paz e amor", afirmou Leonardo Grandini, deputado estadual eleito pelo PT em São Paulo.

Janones foi o criador do canal Exército do Lula, no WhatsApp. O espaço virtual atraiu cerca de 10 milhões de inscritos durante o período eleitoral e foi avaliado como a ferramenta mais importante para a virada de votos, após Lula ter largado atrás no primeiro turno. Ele é cotado para assumir a Secretaria de Comunicação da Presidência da República ou chefiar uma Secretaria Especial de Comunicação Digital, que seria criada com status de ministério para atender o parlamentar.